



Resposta da 1ª Questão:

Para abordar as questões referentes ao processo histórico de lutas por direitos no campo e entendermos não só os problemas dos trabalhadores rurais, como também suas principais formas de reivindicações ao longo de parte do período republicano se faz necessário primeiro explicarmos o que entendemos por movimentos sociais.

Partimos de uma análise crítica forjada a partir dos conceitos de "resistência" e "luta de classes", através de uma releitura da perspectiva marxiana presentes nas obras de E. P. Thompson.

Procurando entrar mais a fundo ~~no~~<sup>nas</sup> origens e consequências dos motins de fome da Inglaterra Pré-industrial e sua contribuição para a formação da classe operária inglesa, Thompson avança ao dar mais cuidadosamente para as experiências e a cultura, com todas as particularidades, inerentes aos movimentos sociais.

Segundo a sua obra "A Formação da Classe Operária Inglesa" ele afirma que: "A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas) sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujo interesse difere (e geralmente se opõem) dos seus" (1987-88 p. 10)

Logo, temos motivos para acreditar que a transformação da vida material acaba produzindo as demandas e condições de lutas de determinados grupos sociais, assim como ~~as~~ formas de resistência dos camponeses na luta por direitos sociais no Brasil republicano, entre 1940 e 1960.

É claro que a origem dos problemas agrários do Brasil nos remetem ao modelo de distribuição, ocupação, conquista e exploração das terras desde o período colonial.



Continuação da 1ª questão:

Desde aproximadamente 1530, com o loteamento e distribuição de gigantescos pedaços de terras entre menos de duas dezenas de capitães hereditários, passando pela intensificação da incorporação territorial promovida por entradas e bandeiras até a Lei de Terras de 1850 fomos montando uma estrutura baseada no poder das elites latifundiárias.

Segundo John Monteiro, a partir de 1620, os conflitos entre os representantes dos interesses coloniais, pelo controle das terras e sua exploração só foi aumentando, em relação aos povos nativos.

É importante lembrar que o golpe articulado pelas elites republicanas em 1889 reforçou o poder político das elites agrárias, principalmente dos latifundiários cafeeiros.

Com o fim da Primeira República parte das antigas estruturas do poder oligárquico foram sendo substituídas por uma nova relação de poder representada pelo trabalhismo varquista. Este novo modelo não ampliou, de imediato, os direitos trabalhistas para os homens do campo e ainda usava o ministério do trabalho para controlar os sindicatos e tentar impedir a mobilização por direitos sociais.

Tal como, Angela de Castro Gomes afirma em sua obra "Getulhismo e Trabalhismo", concordamos que durante este período houve "uma espécie de 'Manipulação' do povo por elites 'malintencionadas'".

Não percebemos durante o Estado Novo (1937-45), nem mesmo após a nova constituição feita pelo presidente Eurico Gaspar Dutra um avanço realmente significativo.

Continuação da 1ª Questão:

Para alguns autores, o momento onde as medidas de caráter populistas mais se aproximaram, até aquele contexto da história republicana, em contemplar os trabalhadores rurais foi durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek.

O projeto desenvolvimentista da época previa uma maior integração nacional visando a potencialização da capacidade produtiva ~~rural~~, até mesmo, estimulando a agricultura. Logo foram criadas as Super Intendências de Desenvolvimento do Nordeste e da região Norte, além da transferência da capital para o centro Oeste.

Este cenário proporcionou indiretamente a organização dos camponeses e trabalhadores rurais, que mobilizados passaram a cobrar a melhor distribuição de terras, o combate a seca, crédito rural, criação de cooperativas agrícolas, servindo até mesmo de base para a criação de ligas camponesas.

Em parceria com partidos políticos, com destaque para penetração do PCB no meio rural, e com a chegada de João Goulart a presidência as reivindicações pela reforma agrária passam a ganhar força. Temendo este quadro um golpe reacionário articulado pelos militares com ajuda das elites conservadoras toma o poder e passa a reprimir violentamente as lideranças e a resistência camponesa.

Mesmo com toda violência as várias formas de lutas dos trabalhadores rurais não pararam, fazendo nascer a origem de um dos maiores movimentos do país, o MST.

Os Sem Terras passam a ser "respaudados" pela Constituição cidadã de 1988, mas como dizia José Kuriko de Carvalho, em 2009 a cidadania no Brasil ainda é um longo caminho.

## Resposta da 2ª Questão:

Sabemos que para a consolidação dos Estados Nacionais Modernos o papel das expansões marítimas e mercantilistas, intensificadas a partir do século XV, foram fundamentais.

Neste contexto o império ultramarítimo português foi se consolidando, de forma pioneira, até mesmo para além do mundo atlântico, chegando a costa oriental da África e Ásia.

O maior foco, no momento inicial das grandes navegações, estava em estabelecer contato com o lucrativo comércio de especiarias a partir das Índias.

Em prol deste objetivo a coroa lusitana iniciou sua célebre navegação pelo Oceano Atlântico, seguindo a costa africana. Como resultado deste processo temos a criação dos primeiros entrepostos coloniais, que, após a perda do monopólio português na região asiática, vão acabar servindo de bases para as trocas comerciais entre suas colônias e a própria metrópole.

A partir desta estrutura nasceria a base de uma relação ~~comercial~~ econômica, étnica, cultural, religiosa e política entre os continentes africano, europeu e americano. Muitas vezes denominada de comércio triangular.

Na busca pela recuperação do lucro mercantilista o papel da colonização brasileira ganha destaque.

Após a criação do primeiro Governo Geral do Brasil (1549), a necessidade de investimento para a efetivação do processo colonial trouxe, das ilhas atlânticas, a estrutura do sistema de plantations

Continuação da 2ª questão:

e a lógica da agroexportação açucareira para sua maior colônia em terras americanas.

Tendo na exploração da mão de obra escrava um dos pilares deste modelo produtivo e devido a maior dificuldade, tanto internamente como externamente, da obtenção regular e gradativa de escravos indígenas o império português começa a fomentar o lucrativo comércio internacional de escravos africanos.

Como afirma John Monteiro, a coexistência das duas formas de escravidão foram muito comuns nos engenhos, assim como em outras atividades que demandavam trabalho braçal no período colonial.

A partir do século XVI até o século XIX uma diáspora africana passa a ocorrer. A grande maioria de escravos que passaram a chegar no Brasil foram os Bantos, povos do mesmo tronco linguístico, e de regiões predominantes da África subsaariana entre o Congo e Angola.

A lógica do comércio internacional de escravos, tal como aponta Clóvis Monteiro em seu livro "História do Negro no Brasil" era muito bem articulada e integrada entre agentes europeus, comerciantes africanos e produtores brasileiros.

Alguns gêneros em especial alimentavam este lucrativo mercado, tal como, tabaco, farinha, cachaça, e trocados por negros de várias etnias capturados na África. Estas constantes trocas produziam interações e ajudavam a construir novas ressignificações identitárias, pois a cultura não é um elemento estático sendo fruto

Continuação da questão 2º:

de um processo histórico dinâmico.

Percebemos desta maneira que homens de "grossa ventura", tal como denominam Hamole e Fragozo, não só fizeram grande fortuna como passaram a influenciar a vida política nos domínios portugueses.

Ouro que a maior herança desta interrelação seja a diversidade cultural do nosso povo, forjada segundo José Murilo de Carvalho e Elmar Mattos muito antes do nacionalismo brasileiro, que não se formou com a independência, em 1822, mas de maneira muito mais forte após a guerra do Paraguai. (1864-1870)

Resposta da 3ª Questão:

Aprofundar os olhares sobre o tema da cultura e dos movimentos sociais no Brasil é fundamental na busca por uma educação verdadeiramente inclusiva.

Temos por obrigação ética e legislativa fomentar a consciência crítica dos educandos para a conquista de direitos sociais em meio ao nosso sistema republicano que ainda se mantém, infelizmente elitista e excludente.

Angela de Castro Gomes alerta em seu artigo de 2009, intitulado "Venturas e desventuras da República de Cidadãos" que conhecer a Nova História é conhecer a luta pelos nossos direitos.

Parafraseando José Kurulo de Carvalho, cuido que não podemos continuar sendo "bestializados" nem aceitar a "República que não foi". Logo retomamos a importância dos movimentos culturais e sociais no país, entre 1945 e 1964.

Uma música que tenho usado em minhas aulas do músico Gabriel Perbador, tem o pitoresco nome de: "É pra rir ou pra chorar" a letra começa retratando a nossa história nos seguintes termos: "O Brasil proclamou sua independência, mas o filho do rei que assumiu a gerência, o povo sem estudo não deu muito palpite e a nossa república hoje é só para a elite..."

É fato que este contexto histórico ~~estudo~~ marcado entre o fim da Ditadura do Estado Novo, em 1945, e a Ditadura Militar iniciada, em 1964, foi marcado por conquistas de direitos trabalhistas e eleitorais fruto de lutas e reivindicações.

Grande parte dos atores destas lutas, mesmo após a lei 10639 de 2003, ainda não aparecem com o protagonismo esperados nas salas de aula e na sociedade brasileira.

A dragatoriedade do ensino de história africana e posteriormente indígena ainda reflete o quanto temos que continuar lutando.

O livro "Ensino de História, conceitos, temáticas e metodologias" de Martha Alceu e Rachel Sochet nos fornece um grande instrumental para revisitarmos na educação básica o apoi popular as Reformas de base propostas por João Goulart, assim como o uso da cultura, do cinema novo, do Teatro opinial e arte do tropicalismo.